

AQUARELAS DE UM BRASIL

WATERCOLOURS OF A CERTAIN BRAZIL

Maria Helena Rouanet*

ROUANET, M. H.: 'Watercolours of a certain Brazil'. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, I (1): 100-108, jul.-oct., 1994.

Literature took an effective part in the project of establishing Brazilian nationality, a proposal that dominated the intellectual scene in 19th century Brazil. It thus became an ally of the two 'sciences' which made up the Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), conceived precisely to meet this purpose. Nevertheless, both history and geography are activities invested with political and social efficacy and such power is not accorded to literature. What, then, was the role reserved for literature in this project? What did its role consist of? What might have been the rationale for joining two fields that Western thought has been trying to keep separate since the 18th century? These are some of the questions addressed by this paper.

KEYWORDS: *construction of nationality; truth/reality; role of literature.*

Sans doute, il faut porter la lumière dans la profondeur; mais ceux qui s'en tiennent aux grâces de l'esprit, et au jeu des paroles sont bien plus sûrs d'être compris.

Mme. de Staël, *De l'Allemagne*.

* Professora de literatura brasileira da UERJ.

¹ Trata-se de sua tese de doutoramento, defendida na Universidade Livre de Berlim, e ainda não traduzida para o português.

O artigo 'Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional' (1988) continua a ser, para muitos de nós, a única possibilidade de acesso ao trabalho desenvolvido por Manuel Guimarães sobre *A escrita da história e a questão do nacional no Brasil. 1838 - 1857*.¹ Com relação ao meu próprio trabalho, a leitura (um tanto tardia) desse texto foi, até certo ponto pelo menos, um curioso reencontro com temas, idéias e nomes conhecidos já há algum tempo. Afinal, todos giram em torno daquela que foi a grande tarefa atribuída às diversas áreas de conhecimento e produção intelectual no Brasil do século passado: a 'invenção' da nacionalidade.

Existe, com efeito, toda uma série de pontos comuns entre o estabelecimento de uma história nacional e o que eu chamava de "fundação de uma literatura nacional", expressão que serve de subtítulo a *Eternamente em berço esplêndido* (1991). O que, aliás, não chega a ser surpreendente, uma vez que, naquele momento, toda e qualquer pena havia sido convocada a prestar um serviço à pátria, serviço este que consistia exatamente em desenhar-lhe um rosto ou, em outras palavras, em moldar a sua imagem de realidade.

Tal projeto prioritário, considerado razão suficiente para a criação de um centro como o IHGB, está estruturado sobre as mesmas bases da proposta pedagógica do século XVIII, sendo que a perspectiva universalista das Luzes vai sofrer uma espécie de tradução oitocentista, passando a se fazer em termos de nacionalismo. O que se pretende continua a ser a reunião de conhecimentos esparsos para transmiti-los, organizados de modo sistemático, às gerações futuras.² Mas, em seu novo contexto, o termo conhecimentos deve ser entendido como qualquer elemento que possa servir de material para a construção da realidade nacional. E, nesse sentido, a ordem era concentrar esforços, como pregava o próprio imperador, exortando os *litteratos* do país a “não dividi(r) forças”, a “concorre(rem) todos unidos” para a consecução de “tão nobre, útil, e já difícil empresa” (*apud* Guimarães, op. cit., p. 11).

² Este trecho é uma tradução livre das primeiras linhas do verbete ‘enciclopédia’, escrito por Diderot para a *Encyclopédie, ou dictionnaire raisonné...*, cf. ed. cit., p. 182.

No entanto, a leitura do texto de Manuel Guimarães veio também exigir que se levantasse uma questão: que função estaria destinada à literatura, dentro desse projeto maior? E as indagações começam a surgir desde as primeiras páginas do artigo quando, em meio a essa unidade monolítica, aparece uma diferença interessante entre os cuidados da atividade literária e os da historiografia nascente.

No que diz respeito ao enquadramento da escrita da história nesse esforço concentrado para a constituição da nacionalidade, Guimarães chama a atenção para uma peculiaridade do caso brasileiro: a definição do ‘outro’ — contraponto indispensável ao estabelecimento de qualquer identidade — “não se assenta sobre uma oposição à antiga metrópole portuguesa” (id., p. 6).

Não foi isso, porém, o que aconteceu com a literatura. Nesse campo importava, e muito, assinalar uma distinção quanto a Portugal, na medida em que a titulação de cidadania de uma literatura tem sido tradicionalmente posta sob a dependência da língua em que ela se faz. Era justamente em redor deste ponto que se articulava aquilo que chamei de “cabo de guerra da nacionalidade”, caracterizado por toda uma discussão centrada no que se considerava ‘indiscutível’. Por um lado, ninguém duvidava que a independência literária do Brasil devia se seguir de perto, como sua ‘conseqüência’ necessária e natural, à proclamação de Pedro I no plano político. Por outro, discutia-se incansavelmente para decidir se ela já havia sido realizada (e, nesse caso, era preciso determinar quando, e por quem) ou se ainda estava por fazer (cf. Rouanet, op. cit., especialmente pp. 186-7).

Era também em torno desta questão que se destacava uma das funções meritórias, dentre as tantas que teriam sido desempenhadas por Ferdinand Denis. Foi ele quem, no seu *Résumé de l’histoire littéraire...* (1826), alertou os brasileiros para o perigo de os seus sucessos literários continuarem, “como as riquezas da terra” nos tempos coloniais, a ir “opulentar o tesouro da metrópole”. Isto

porque “esta parte da América adotou uma língua que a ... velha Europa aperfeiçoara” (Denis, op. cit., pp. 35 e 36). Ou seja: já que os dois povos falavam a mesma língua, nada distinguiu, *a priori*, a sua produção intelectual.³ Era preciso encontrar, então, e com urgência, alguma coisa capaz de permitir tal distinção. Só assim o grito do Ipiranga poderia ser ouvido também neste campo.

Mas os mesmos trechos que alertam para o problema trazem já uma proposta de solução, graças ao convite que se pode ler aí — em formulação bastante explícita, aliás⁴ — a uma identificação com a própria terra americana. A salvação estaria, pois, num movimento duplo e simultâneo, cujo eixo é a variação (semântica) sobre um mesmo termo: a *identidade* do território poderia ser estabelecida através da *identificação* com ele.

Ora, quando se assume (e, para efeito desta reflexão, vai ser indispensável fazê-lo, ao menos por enquanto) o que Luiz Costa Lima definia como uma “concepção realista da linguagem”,⁵ não fica difícil admitir que as noções de língua portuguesa e de terra americana não podem ser dotadas de peso equivalente. Afinal, a esta última se atribui uma *existência efetiva*, ao passo que a primeira *serviria* apenas de instrumento para *expressá-la*. Assim, no caso desse dilema da dependência, em que se via enredada a intelectualidade brasileira do século XIX, bastava perceber que, se a língua utilizada pelo Brasil independente e por sua antiga Metrópole era a mesma, a realidade a ser expressa através dela era *inteiramente diferente...* E tudo estaria resolvido.

Tratava-se, portanto, de aprender a olhar, com os nossos olhos nativos, para um mundo igualmente nativo. Com isso, o fato de o veículo usado para a sua expressão ser idêntico ao do colonizador perdia boa parte de sua importância e deixava de constituir um problema. Toda a literatura produzida segundo este sistema teria o direito legítimo de postular a cidadania brasileira.

Para o próprio Denis, esta convicção não era tão recente pois, já nas *Scènes de la nature sous les tropiques...* (1824), ela se evidenciava na crítica feita a alguns viajantes europeus que se punham a escrever sobre a América tão logo regressavam ao Velho Mundo. Se, em muitos casos, como afirmava ele, o resultado alcançado deixava a desejar, era porque esses indivíduos se mantinham “estrangeiros à paisagem que tentavam pintar” (Denis, 1824, p. 91).

Mas este pequeno trecho pode adquirir, aqui, uma nova função e permitir que se comece a encaminhar uma hipótese de resposta à questão suscitada pela leitura do artigo de Manuel Guimarães. Seria exatamente em virtude dessa atribuição, a ela confiada desde o Renascimento — a de ‘pintar’ o mundo e os homens —, que a literatura encontraria seu lugar dentro do projeto maior de criação da imagem da nacionalidade. Ela viria aliar-se, então, às duas áreas

³ Esta questão ainda circula, hoje em dia, tanto nos meios acadêmicos quanto no mercado editorial. Basta pensar, por exemplo, nas disciplinas ensinadas em faculdades de letras sob denominações como “literaturas africanas de expressão portuguesa”. Ou, no segundo caso, nas editoras francesas que assinalam, invariavelmente, que tal livro foi “traduzido do argentino”, “do americano”, “do brasileiro”, e assim por diante.

⁴ Não só a produção literária é explicitamente comparada às riquezas da terra, no primeiro trecho transcrito, mas, na sequência da segunda passagem, pode-se ler que “A América ... deve ter pensamentos novos e enérgicos como ela mesma” (grifo meu).

⁵ Cf. ‘A questão da narrativa’, em *Pensando nos trópicos*, op. cit., especialmente p. 142.

de produção de conhecimento que constituem o âmbito da atuação do IHGB: história e geografia consideradas “enquanto dois momentos de um mesmo processo, ao final do qual o *quadro* da nação, na sua integralidade, em seus aspectos físicos e sociais, estaria delineado” (Guimarães, op. cit., p. 14; grifo meu).

Acontece que nem tudo é simples assim. Por mais completo e bem delineado que fosse o quadro, haveria sempre o risco de que o espectador, a quem ele se destinava, permanecesse ‘estrangeiro’ diante do que ali se representava. Surge, portanto, uma função para a literatura, que pode até justificar uma aliança — à primeira vista bem estranha — entre dois campos que o pensamento ocidental vinha tratando de manter separados desde o século XVIII. É que a literatura, por ser criação, estaria em condições de proporcionar aquela identificação necessária à neutralização de tal perigo. Sua tarefa consistiria, então, em cobrir uma espécie de lacuna, da qual nem a história nem a geografia eram capazes de dar conta.

Ninguém ignora que tanto uma quanto outra dessas disciplinas — bem como as demais ‘ciências’ ditas ‘sociais’, que floresceram e se desenvolveram no século XIX — são atividades social e politicamente eficazes. E a sua eficácia decorre justamente de sua habilitação para constituir um saber. Uma e outra podiam fornecer aos brasileiros oitocentistas os elementos que, devidamente comprovados, lhes dariam a certeza de que tal ou qual fato tinha efetivamente acontecido em determinado momento e de determinada maneira; ou ainda, que tal ou qual região do país apresentava certo aspecto, tinha certo clima, e assim por diante. Ou seja, ambas estavam capacitadas para convencer, desde que apresentassem a prova da veracidade daquilo que afirmavam, poder que absolutamente não se confere à literatura...

Através, portanto, do esforço conjugado de geógrafos e de historiadores — a própria razão de ser do IHGB —, os brasileiros passariam a saber *o que era o Brasil e como era ele*. Mais que isso: saberiam também como havia sido antes e, conseqüentemente, como poderia vir a ser depois, uma vez que jamais se duvidaria do caráter pragmático-pedagógico dessas Mestras, com as quais havia tanto a aprender.⁶ E aqui a pergunta se impõe: afinal de contas, o que a literatura teria vindo fazer num projeto já tão bem servido de colaboradores? Não se deve, por certo, desconsiderar um dado importante, destacado por Manuel Guimarães no início de seu artigo. Num espaço onde reinam os “eleitos a partir das relações sociais, nos moldes das academias ilustradas” da Europa dos séculos XVII e XVIII, eram os mesmos indivíduos, os invariáveis *litteratos*, que se ocupavam de todas essas atividades (op. cit., p. 5). Mas isso não basta para responder a esta nova indagação.

⁶ Cf. Guimarães, M., op. cit., especialmente pp. 13-5.

Por outro lado, o que pode vir a ser, aqui, de grande valia é lembrar que a equivalência habitualmente estabelecida entre as noções de verdade e realidade costuma deixar no esquecimento um detalhe fundamental: saber algo não é o suficiente para que isto adquira o estatuto de realidade. Em outras palavras, um saber não é capaz de criar a concretude de que se reveste para nós, ainda hoje (e a consciência que porventura se tenha disto não chega a invalidar a generalização), a idéia mesma de realidade, termo que os dicionários insistem em definir como “aquilo que é” ou, às vezes mais modestamente, como “o que existe de fato”.

Uma vez recuperado este aspecto, deve-se retomar a questão da pintura para começar a pensar a utilidade da literatura engajada como co-participante no projeto de constituição da nacionalidade brasileira. Afinal, dentro de um sistema de pensamento dominado por aquela concepção da linguagem como mero veículo de expressão, pintar significa fazer ver, i. e., dar concretude a imagens. No entanto, quando se considera que tal definição está baseada num pressuposto (discutível, como todos), pode-se admitir que “aquilo que a linguagem faz não é dar nome a coisas ou conceitos preexistentes, mas *articular o mundo da nossa experiência*”, como bem lembra E. H. Gombrich, em seu *Arte e ilusão* (1959, p. 78; grifos meus).⁷

⁷ Gombrich está se referindo ao livro *Language, thought and reality*, de Benjamin L. Whorf, Cambridge, Massachusetts, 1956. Cf. nota relativa à p. 78, cap. II, p. 356.

Ou seja, alguma coisa que não possa ser relacionada à minha experiência anterior não vai adquirir, para mim, o estatuto de realidade, embora nada me impeça de aceitá-la como um fato verdadeiro. Inversamente, ninguém precisa me provar a veracidade de algo que possa se conformar ao meu arquivo de experiências. Não há a mínima necessidade de se provar a um habitante do Rio de Janeiro que a chuva molha, não se podendo dizer o mesmo, porém, de habitantes de algumas outras regiões do planeta.

Assim, portanto, vai se processando a identificação, mecanismo que se revela o instrumento privilegiado para impedir, por parte de quem quer que seja, a atitude do manter-se estrangeiro diante de uma imagem representada, já que é unicamente por meio dela que vai ser possível fazer aquela articulação a que se refere Gombrich. “Uma pintura de um animal desconhecido, ou de um edifício desconhecido”, escreve ele ainda, em outra passagem do mesmo livro, “nada nos dirá das suas dimensões, por exemplo, a não ser que um objeto qualquer, familiar, nos permita estimá-las em escala” (id., p. 212; grifos meus).

Ora, desde o surgimento do romance, na Inglaterra do século XVIII, esta habilidade vinha sendo não apenas pleiteada, mas intensamente exercitada pela literatura. Contrariamente ao sistema da tradição anterior, feito de padrões genericamente válidos em termos de uma humanidade considerada atemporal e a-espacialmente, toda a ênfase vai agora recair sobre a perspectiva individual. E, para consolidar-se nesta perspectiva, a narrativa passa a organizar seu enredo articu-

lando os elementos de que dispõe segundo um novo padrão. À diferença do que se fazia antes, os seus personagens vão ter “nome e sobrenome”, como “as pessoas reais” (Watt, 1957, p. 20). O tempo vai se tornar mais marcado, e rico em detalhes, “aproximando-se bastante daquele da experiência real” (id., p. 25), o mesmo acontecendo com o espaço (ib., p. 26). Tudo isto em função da “elaboração do que pretende ser um *autêntico* relato das *verdadeiras* experiências individuais” (ib., p. 27; grifos meus).

É claro que, por detrás de tais inovações, estão diversas contribuições do pensamento da época. No entanto, para o encaminhamento da hipótese proposta por este texto, vai ser suficiente destacar duas postulações, em meio a todo um debate acerca do geral e do particular. Por um lado, os britânicos setecentistas acabavam de aprender, com Henry Kames, que “é somente com objetos particulares que as imagens podem se formar” (*Elements of criticism*, 1762; *apud* Watt, op. cit., p. 18). Por outro, já se sabia desde a virada do século, graças a John Locke, que “as idéias se tornam gerais separando-se delas as circunstâncias de tempo e lugar” (*Human understanding*, 1690; id., p. 22). O que equivale a dizer: quando se pretende particularizar o que quer que seja, basta acrescentar a tal elemento as referências espaço-temporais. A partir daí, imagens poderão se formar.

Mas existe ainda um outro dado que não pode deixar de ser levado em conta: por trás desta nova forma literária que está se constituindo, há também a recém-surgida concepção de indivíduo, considerado como a unidade de composição do conjunto que é a sociedade. É exatamente neste ponto que Ian Watt vai tropeçar, tentando justificar aquilo que ele acredita ser uma falha de Henry Fielding: o fato de nomes como Tom Jones “suger(irem) que o autor visava *tanto* o tipo geral *como* o indivíduo particular” (ib., p. 21; grifos meus). E, num esforço para resgatar o romancista — uma vez que não pode deixar de reconhecer-lhe essa falha um tanto desabonadora —, Watt vai alegar que ele teria “compreend(ido) isto quando escreveu seu último romance” e que, “De qualquer modo ... fez consideráveis e crescentes concessões ao costume inaugurado por Defoe e Richardson” (id., ib.).

No entanto, a respeito do mesmo Richardson (que, a julgar pela afirmação de Ian Watt, não teria incorrido em semelhante descuido), Diderot vai escrever um texto dos mais eloqüentes. O seu *Elogio de Richardson* está assentado, muito precisamente, na capacidade que teria esse romancista de estimular a virtude em seus leitores. E “o que é a virtude?”, pergunta o *philosophe* francês. “É, sob qualquer prisma que se a considere, um *sacrifício de si mesmo*” (Diderot, 1762, p. 31; grifos meus).

A banalidade de um nome como Tom Jones pode então ser considerada uma operação intencional, e não uma falha de concepção, como pretendia Ian Watt. O que está sendo visado, nesse processo, não é o indivíduo enquanto tal, e sim a parte de um todo. Ou melhor, a alça de mira está efetivamente voltada para o todo que, no entanto, se tenta atingir, de forma estratégica, através de cada uma das suas partes. E, se recorremos ainda uma vez ao *Elogio...*, vamos encontrar, aí, devidamente enumeradas, algumas das qualidades do autor de *Pamela* que só vêm endossar esta leitura. “O mundo em que vivemos”, escreve Diderot, “é o lugar da cena ... seus personagens têm toda a realidade possível; seus caracteres são tomados do meio da sociedade; seus incidentes estão nos costumes de todas as nações policiadas ... *ele me mostra o curso geral das coisas que me cercam*” (id., ib.; grifos meus).⁸

⁸ Não será simples coincidência que uma das exceções a tal ‘costume’ seja L. Sterne (Cf. I. Watt, op. cit., p. 21). Para uma visão das relações Sterne - Diderot, cf. M. Elizabeth Chaves de Mello, ‘Veto e transgressão na literatura ocidental’, em *A difícil comunicação literária*. Rio de Janeiro, Achiamé, 1987, especialmente pp. 37-45.

Voltando, agora, àquele quadro da nação que deveria ser produzido pelo esforço conjugado dos *litteratos* do país, verifica-se que a história e a geografia têm condições de realizar esta tarefa apenas em parte, traçando, sobre a tela em branco, as coordenadas de tempo e lugar. É neste ponto, portanto, que a literatura vai se fazer necessária, entrando em cena para ‘pintar’ o tempo que a história tratava de levantar e atestar, e o espaço que a geografia cuidava de explorar e registrar. Sua função consistiria justamente em tornar concreto este traçado inicial, povoando-o de elementos familiares, capazes de aproximar a imagem representada da experiência real que (com a qual) todos pudessem (se) identificar.

Não é muito difícil encontrar, aqui e ali, diversos indícios de que esta hipótese se sustenta, pois, já Mme. de Staël, escrevendo no início do século XIX, estava convencida de que “só as circunstâncias de detalhe dão *cor e vida* à história” (1810, v. II, p. 58; grifos meus). E no seu *Résumé...*, de 1826, Ferdinand Denis destacava, em Santa Rita Durão, o mérito de ter conseguido aliar um episódio histórico à descrição da natureza grandiosa (op. cit., p. 47). Desde então, tais valores têm merecido destaque tanto na produção literária quanto em textos de crítica e de história da literatura no Brasil. Uns e outros raramente abrem mão de exigir que as obras “funcione(m) como mera transparência ... cujo significado se encontra em outro lugar” (Süssekind, 1984, p. 34). E, para assegurar aos leitores o acesso a esse lugar onde se depositam os significados privilegiados, as indicações são abundantes e sempre voltadas para as realidades mais palpáveis, mais facilmente ratificadas pelo chamado senso comum.⁹

⁹ Cf. *Eternamente em berço esplêndido*, op. cit., especialmente pp. 247 e 254, inclusive nota 9.

De uns tempos para cá, ninguém mais hesitaria em admitir que esta seja uma constante na tradição da literatura brasileira; e tampouco se pode questionar o fato de que se trate de uma atitude consciente, programática, visando a “forma(r) a pátria brasileira”, como dizia José de Alencar, referindo-se particularmente aos seus romances *Iracema*

e *Ubirajara*, que “encerram a *história do solo* que habitamos” (1875, p. 59; grifos meus). O que não impede, claro, que esta sua observação seja estendida às suas outras produções, bem como às de seus confrades.

No entanto, é possível propor ainda que a função específica atribuída à literatura neste projeto de instituição da nacionalidade seja igualmente voluntária e consciente. Mas os estudos a este respeito — e esta foi, aliás, a perspectiva de meu próprio trabalho, em *Eternamente em berço esplêndido* — não têm levantado indagações, buscando antes justificativas para uma constatação sem dúvida irrecusável: a de que a literatura participa de uma aliança com as disciplinas ditas sociais, no sentido de construir uma realidade nacional brasileira. O que, de certa forma, já estaria sendo indicado pela coincidência de autoria das inaugurações em ambos os campos: Francisco A. de Varnhagen, considerado o primeiro historiador do Brasil, é também reverenciado por muitos como o autor da primeira história de sua literatura, com o *Florilégio da poesia brasileira*, publicado em 1850.

Há cerca de trinta anos, porém, as bases desta funcionalidade haviam sido apontadas e observadas por Daniel Boorstin, em termos do projeto político norte-americano no período pós-Independência. Seu estudo analisa a utilização de uma “literatura declamatória” sempre que se pretende acentuar a ‘comunidade’ de pensamento existente entre ‘autores’ e ‘leitores’, que se tornam, assim, ‘falantes’ e ‘ouvintes’ instalados num espaço compartilhado.¹⁰ E, abrindo o capítulo que trata desta questão, Boorstin vai citar um discurso proferido numa universidade americana, ainda no ano de 1834. Trata-se do ‘Discourse on the history, character, and prospects of the West’, no qual o orador (dr. Daniel Drake) é taxativo em suas proposições: “Quando se quer despertar os homens para a ação voluntária, para grandes objetivos públicos, é preciso fazer com que sua fantasia e seus sentimentos se inflamem através de nossas apresentações; *não se deve simplesmente* apelar para a sua razão, *mas também* para os seus desejos e a sua vontade” (*apud* Boorstin, 1965, pp. 307-8; grifos meus).

O que se vê, portanto, é que semelhante aliança entre campos (e mantidos) como distintos, não vai comprometer tal partilha; pelo contrário, vai antes servir para ratificá-la na medida em que reforça as delimitações dos territórios específicos de cada um dos seus participantes. Justamente por serem atividades distintas é que história, geografia e literatura precisavam unir-se para escrever o maior dos “romances históricos”: o da verdadeira identidade nacional. E se essas três áreas deviam configurar, juntas, a totalidade contida nesta expressão, cabia às duas primeiras garantir a força do adjetivo inicial e à terceira assegurar

¹⁰ Vale lembrar a proximidade existente entre a expressão adotada por Boorstin e aquelas utilizadas por J. G. Merquior (oralidade) e L. Costa Lima (auditividade) relativamente à literatura e ao sistema intelectual brasileiros. Cf. *De Anchieta a Euclides...*, 1977, p. 55; e *Dispersa demanda*, 1981, p. 7, respectivamente.

a efetiva presença do termo substantivo, sua condição de possibilidade. Para história e geografia tratava-se, aí, de uma tarefa de produção de conhecimento, enquanto que à literatura se reservava a incumbência de transformar este conhecimento em reconhecimento. Afinal, só assim saberes podem adquirir o estatuto de realidades.

ROUANET, M. H.: 'Aquarelas de um Brasil'. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos* I (1): 100-108, jul.-out., 1994.

A literatura teve participação efetiva no projeto de constituição da nacionalidade que dominou o panorama intelectual brasileiro do século XIX; para tanto, veio aliar-se às duas 'ciências' que configuram o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), criado precisamente para responder a este objetivo. No entanto, tanto história quanto geografia são atividades dotadas de eficácia política e social, poder que não se confere à literatura. O que, então, ela teria vindo fazer neste projeto? Que função específica a ela estaria destinada? Que motivo seria forte o bastante para aproximar dois campos que o pensamento ocidental tratava de manter distintos desde o século XVIII? Eis algumas questões que este texto levanta e sobre as quais se propõe refletir.

PALAVRAS-CHAVE: construção da nacionalidade; verdade/realidade; papel da literatura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Boorstin, Daniel J. *The Americans. The national experience.* Nova York, Random House. 1965
- Costa Lima, Luiz *Pensando nos trópicos.* Rio de Janeiro, Rocco. 1991
- Denis, Ferdinand *Scènes de la nature sous les tropiques et de leur influence sur la poésie.* Paris, Chez Louis Janet. 1824
- Denis, Ferdinand 'Resumo da história literária de Portugal, seguido do Resumo da história literária do Brasil'. Trad. Guilhermino César. Em G. Cesar (org.), 1978. *Historiadores e críticos do romantismo*, São Paulo, Edusp, vol. 1. 1826
- Diderot, Denis 'Éloge de Richardson'. Em Denis Diderot, 1988. *Oeuvres esthétiques.* Paris, Garnier. 1762
- Diderot, Denis Verbete 'encyclopédie'. Em: *Encyclopédie, ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers (textes choisis).* Paris, Éditions Sociales. 1761-65
- Gombrich, Ernst H. *Arte e ilusão. Um estudo da psicologia da representação pictórica.* Trad. Raul de Sá Barbosa. São Paulo, Martins Fontes. 1959
- Guimarães, Manuel S. 'Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional'. *Estudos históricos*, vol. 1. pp. 5-27. 1988
- Rouanet, M. Helena *Eternamente em berço esplêndido.* São Paulo, Siciliano. 1991
- Staël, Mme. de *De l'Allemagne.* Paris, Flammarion, 2 vols. 1810
- Süssekind, Flora *Tal Brasil, qual romance?* Rio de Janeiro, Achiamé. 1984
- Watt, Ian *A ascensão do romance.* Trad. Hildegard Feist. São Paulo, Companhia das Letras. 1957